

ANEXO II
ESTATUTO SOCIAL DA EMPRESA
VIACAO PATO BRANCO S.A.
CNPJ 79.039.392/0001-52



ARTIGO 17 As convocações para reuniões serão feitas mediante comunicado por escrito entregue com aviso de recebimento, e-mail, whatsapp, messenger ou publicação, com antecedência mínima de dois dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

ARTIGO 18 As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.

ARTIGO 19 A sociedade será representada por qualquer dos Diretores da Sociedade, conjunta ou isoladamente, exceto as funções exclusivas do Diretor Presidente.

§1º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de quaisquer diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando em favor de subsidiárias ou controladas pela Sociedade, devidamente aprovadas; ou expressamente aprovados pela Assembleia Geral.

ARTIGO 20 Compete aos diretores conjunta ou separadamente:

- Executar e fazer executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Estabelecer metas e objetivos para a Sociedade;
- Dirigir, orientar e supervisionar todos os negócios e operações da sociedade, no Brasil e no exterior;
- Dirigir as relações públicas da sociedade e orientar a publicidade institucional;
- Aprovar as demonstrações financeiras e o relatório da administração da sociedade e submetê-los à Assembleia Geral de Acionistas;
- Representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele;
- Constituir advogados, procuradores, prepostos ou mandatários com poderes especiais, para agir em nome da sociedade, especificando os atos e as operações que poderão realizar e a duração dos mandatos;
- Abrir e movimentar contas bancárias;
- Assinar títulos de crédito, ordens de pagamento, contratos e distratos que envolvam a responsabilidade da sociedade;
- Admitir e demitir empregados determinando suas funções e remuneração;
- Outras atribuições que lhe forem, determinadas pela Assembleia Geral.
- Elaborar o relatório da Administração da sociedade;

Parágrafo único – Compete exclusivamente ao Diretor Presidente:

- Convocar a Assembleia Geral de Acionistas;
- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- A transferência e alienação de bens do ativo imobilizado;
- A constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

Seção III - Conselho Fiscal



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2017 11:25 SOB Nº 20170321371.
 PROTOCOLO: 170321371 DE 17/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11700256064. NIRE: 41300295913.
 VIACAO PATO BRANCO S.A.

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 23/01/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

11

Município de Dois Vizinhos

552

C

Márcia
Helena

~~John~~
John

Barrio
Ace

- Two.

P.
 Valdin
 B.
 B.C.V.

Polk

- BCP
21

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

ANEXO II
ESTATUTO SOCIAL DA EMPRESA
VIACAO PATO BRANCO S.A.
CNPJ 79.039.392/0001-52



12

- II. 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei das sociedades por Ações, a ser atribuído a todas as ações da sociedade;

ARTIGO 27 A Sociedade poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral:

- a. O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;
- b. A distribuição de dividendos em períodos inferiores há seis meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital;
- c. O pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

ARTIGO 28 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

ARTIGO 29 Os dividendos não recebido ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Sociedade.

CAPITULO VII
DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

ARTIGO 30 A Sociedade entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo a Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades.

CAPITULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 31 A transformação do tipo jurídico societário, deverá ser aprovada, no mínimo, por 2/3 dos acionistas e ser formalizada por assembleia geral extraordinária, na forma da lei.

ARTIGO 32 Os casos omissos neste estatuto social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das sociedades por Ações.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2017 11:25 SOB Nº 20170321371.
PROTOCOLO: 170321371 DE 17/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700256064. NIRE: 41300295913.
VIACAO PATO BRANCO S.A.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 23/01/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2020



OBJETO: Esta licitação tem como objeto a Outorga de Concessão da Prestação do Serviço Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Dois Vizinhos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de planejamento e Ações Estratégicas, nos termos da Lei Municipal nº 2280/2019, Lei nº 8987/1995, em conformidade com a Lei nº 8666/1993 e demais alterações, Projeto Básico – Anexo XI, Planilhas para composição de custos Anexo XII, bem como pelas condições especificadas neste edital.

DAS PRELIMINARES:

Impugnação interposta tempestivamente pela empresa VIAÇÃO PATO BRANCO S/A, com fundamento nas Leis 8.666/93.

Em relação ao pedido apresentado verificou-se que em sua grande maioria trata-se de dúvidas e questionamentos, mas que as devidas alterações serão adotadas no edital.

Em relação aos questionamentos, seguem as respostas:

1 – Sim

2 – Sim - Lei 2280/2019 – Municipal

3 – Sim

4 – Não/Sim - Parcialmente

5 – Não

6 – Sim

7 – Sim – Itens 6.4 e 6.5 – do projeto Básico

8 – Acho que tarifa de remuneração/ ????????

9 – Não - **TARIFAS PÚBLICAS**. As **tarifas** são cobradas pelas empresas associadas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos federais estaduais e municipais, para permitir a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

10 – Não

11 – Não

12 – Sim

13 – Não Integram

14 – Foi previsto a gratuidade na planilha, no entanto o risco de outros fatores fazem parte do ônus do negócio.



15 – Não - ???

16 – Sim

17 – Não

18 – Sim

19 – Sim – Também Lei 8987/1995

20 – Sim

21 – Não

22 – Não

23 – Sim – terá alteração no edital

24 – Não, a **Licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) em seu nome ou das empresas componentes do Consórcio Licitante**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado prestadora de serviço público, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, em linhas urbanas, com veículos do tipo ônibus e/ou micro-ônibus urbanos, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, por período de delegação mínimo de 12 (doze) meses.

25 – Não

26 – 11.3

27 – São 5 dias a partir da Homologação, e a administração fara consulta aos participantes quanto a manutenção de sua proposta sempre que os prazos foram maior do que 60 dias.

28 – 18.4

29 – Da data limite para apresentação da proposta

30 – Não

31 – Sim

32 – Não

33 – Não

34 – 9.1.4.3. Para fins de qualificação técnica, a Licitante deverá apresentar compromisso de que caso seja consagrada vencedora do certame, disponibilizará dentro do prazo de início de operação do serviço: ***imóvel no território municipal, contendo todas as instalações de garagem, instalação administrativa e de operação, concluídas e prontas para início da operação dos serviços; frota de veículos*** com características e as quantidades exigidas no edital e seus anexos, bem como todos os bens, equipamentos em perfeitas condições para início da operação do serviço, atendendo a todas as exigências e especificações estabelecidas no referido edital e seus anexos.

35 – Analise da planilha de custo



- 36 – Sim
- 37 – Será disponibilizado mapa da Cidade
- 38 – Valor com estimativa
- 39 – Valor com estimativa
- 40 – Parcial
- 41 – Aplicar regime e enquadramento próprio
- 42 - Aplicar regime e enquadramento próprio
- 43 – Sim – Primeira parte do processo
- 44 – Sim
- 45 – Sim
- 46 – Sim
- 47 – Não
- 48 – Ilustrativo, podendo ser Multiplicado pelo número de funcionários, ou até mesmo extinto.
- 49 – Sim
- 50 – Orientação TCE-PR
- 51 – NÃO
- 52 – Sim
- 53 – De acordo com a Lei Municipal
- 54 – De acordo com a Lei Municipal
- 55 – De acordo com a Lei Municipal
- 56 – Orientação TCE-PR
- 57 – Sim
- 58 – Margem de Lucro



Município de Dois Vizinhos

Manifestação impugnações concorrência Pública nº 02/2020



MANIFESTAÇÃO INTERMEDIÁRIA

Dos fatos:

Após a publicação do edital de Concorrência Pública nº 02/2020 que tem por objeto a Outorga de Concessão da Prestação do Serviço Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Dois Vizinhos houveram 03 (três) pedidos de impugnações interpostos pelas empresas Viação Pato Branco S/A CNPJ 79.039.392-0001-52, e Cattani S.A Transportes e Turismo CNPJ: 79.851.648/0001-21, as quais fizeram diversos questionamentos acerca das exigências contidas no edital, bem como também questionaram a ausência de outras que consideram como indispensáveis, dentre outros apontamentos constantes nas impugnações referentes às planilhas orçamentárias.

Consta no processo apenas respostas às impugnações, feita de forma genérica pela Comissão de Licitação sem conter as fundamentações referentes aos questionamentos constantes nas impugnações.

Desta forma, entendo necessário o retorno dos autos ao departamento técnico, responsável pela elaboração das planilhas e das cláusulas editalícias, para que apresente resposta pormenorizada de cada um dos questionamentos feitos por cada uma das empresas impugnantes, com as devidas justificativas de forma fundamentada acerca do acatamento ou não de cada um dos questionamentos feitos pelas impugnantes.

Sugiro a formação de uma comissão específica, com os conhecimentos técnicos necessários para análise e elaboração das alterações necessárias ao edital, tendo em vista ser um objeto complexo, de longo prazo que requer análises minuciosas para sua elaboração e desenvolvimento eficaz.

Dois Vizinhos, 02 de setembro de 2020.

Keli Ghizzi

Advogada do Município
OAB/PR 41.860



MUNICÍPIO DE
DOIS VIZINHOS
ESTADO DO PARANÁ



PORTARIA N.º 054/2020

Nomeia Comissão Especial Técnica para auxiliar a Comissão Permanente de Licitação na Concorrência Pública n.º 02/2020.

Raul Camilo Isotton, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Comissão Especial Técnica para auxiliar a Comissão Permanente de Licitação na Concorrência Pública n.º 02/2020, composta pelos seguintes servidores:

Clesio Fidencio – Responsável pelo Departamento de Compras
Juscelino Thomazi – Engenheiro do Dpeto. de Gestão Urbana
Lili Zippin Ferri – Diretora do Departamento Municipal de Trânsito
Valdemir Antonio de Almeida – Responsável pelo Transporte Escolar

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, 59º ano de emancipação.


Raul Camilo Isotton
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se


Marcia Besson Frigotto
Secretária de Administração e Finanças

M:\Portaria\2020\Portaria 054.docx



À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2020

OBJETO: Esta licitação tem como objeto a Outorga de Concessão da Prestação de Serviço do Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Dois Vizinhos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento e Ações Estratégicas, nos termos da Lei Municipal nº 2280/2019, Lei nº 8987/1995, em conformidade com a Lei nº 8666/1993 e demais alterações, Projeto Básico – Anexo XI, Planilhas para composição de custos Anexo XII, bem como pelas condições especificadas neste edital.

DAS PRELIMINARES:

Reunida a comissão técnica designada pela Portaria 054/2020 para deliberar quanto a impugnação interposta tempestivamente pela empresa VIAÇÃO PATO BRANCO S/A com fundamento na Lei 8666/93

Em relação aos questionamentos, seguem as respostas:

- 1 – Sim.
- 2 – Sim – Lei 2280/2019 – Municipal.
- 3 – Sim. Todavia há que se esclarecer que os estudos de demanda foram baseados nas rotas pré-existentes no município.
- 4 – Não. Os estudos foram realizados conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE, considerando demanda existente.
- 5 – Não foram realizados em séries históricas, e sim por período determinado. Sugere-se que para melhor análise do banco de dados seja realizado estudo mensal por um período de 12 meses (jan – dez), em especial pelas mudanças econômicas advindas da pandemia do Covid – 19.
- 6 – Não.
- 7 – Sim , exceto aos parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º da Lei 12587/12.
- 8 – Tarifa pública. As mesmas são cobradas diretamente dos usuários.
- 9 – Sim.
- 10 – Não. Já informado na questão 7.
- 11 – Não se aplica.
- 12 – Não se aplica.



13 – As receitas provenientes da venda de publicidade nos veículos não integram as receitas da concessionária, conforme dispõe o artigo 14 da Lei 2280/2019.

14 – Verifica-se que somente há previsão sobre o Item V - gratuidade.

15 – Não. A atualização ocorrerá na data do interrogatório de 1 ano da data da planilha.

16 – Sim, todavia, há que se detalhar no edital onde o valor será aplicado. Sugere-se que parte do valor seja investido nos pontos de transbordo e terminal de embarque e desembarque. O valor da outorga, conforme o edital foi definido em 1% do valor total da concessão. Não haverá reflexos.

17 – Não. O que se verifica no processo é apenas uma planilha de custos básica.

18 – Estão previstos, a tarifa máxima, outorga, renovação de frota, idade máxima da frota conforme o disposto no artigo 37, II, da Lei 2280/2019.

19 – Sim.

20 – Sim. Verifica-se que os índices contábeis estão previstos na planilha de custos e no projeto básico.

21 – Não.

22 – Verifica-se a discriminação dos índices de contábeis na planilha de custos do edital, todavia, esta comissão não possui pleno conhecimento da realidade do setor para responder o questionamento com propriedade.

23 – Sim. Foram realizadas as alterações necessárias pela comissão de licitação conforme impugnações interpostas.

24 – Não. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido em seu nome ou das empresas componentes do consórcio licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, prestado de serviço público, apto a comprovar o desempenho da prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, em linhas urbanas, com veículos do tipo ônibus e/ou micro ônibus, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, por período de delegação de no mínimo 12 (doze) meses.

25 – Não.

26 – O prazo correto está disposto no Item 11.3 do Edital (180 dias).

27 – São 5 dias a partir da homologação e a administração fará consulta aos participantes quanto a manutenção de sua proposta sempre que os prazos forem superiores a 60 dias.

28 – O prazo correto é de 120 dias conforme estabelece o Item 18.4 do edital.

29 - O prazo para o primeiro reajuste poderá ocorrer 12 meses após a data limite da apresentação da proposta.



30 – Atualização da planilha na data base conforme e formação de custos apresentados conforme o artigo 48 da Lei 2280/2019.

31 – Esta comissão não possui conhecimento técnico para responder ao questionamento apresentado.

32 – Não há terminais de transbordo discriminados no edital. Sugere-se que o projeto básico seja complementado indicando os terminais e pontos de parada.

33 – Previsto no Item 9.1.4.3 do edital.

34 – Estão previstas no item 9.1.4.3 do edital.

35 – No edital está previsto que os critérios a ser utilizados para definir as propostas de preços financeiramente incompatíveis serão baseados exclusivamente na planilha de custos.

36 – Não foi considerada a quilometragem improdutiva.

37 – Não está disposto no edital. Sugere-se seja atualizado o projeto básico do edital discriminando-se as vias públicas de todos os roteiros.

38 – O valor apresentado no edital foi baseado em estimativas.

39 – O valor apresentado no edital foi baseado em estimativas.

40 – O sábado é considerado dia útil. A frequência dos roteiros não é a mesma de segunda à sexta-feira conforme estabelece o projeto básico.

41 – O cálculo é realizado conforme o regime tributário adotado pela empresa.

42 – Deve-se aplicar o regime e enquadramento próprio da empresa.

43 – Não há orçamentos que atribuam valores de despesas indiretas e sim somente estimativas. Sugere-se sejam realizadas cotações dessas despesas.

Questões 44, 45 e 46: Quanto as questões relacionadas a planilha orçamentária de formação de custos, esta Comissão não conseguiu obter um entendimento claro o suficiente para responder os questionamentos. Sugere-se que a pessoa responsável pela elaboração da planilha de custos seja consultada.

47 – Não. As negociações e encargos das alterações do acordo coletivo de trabalho 2018/2020 são de responsabilidade das empresas.

48 - Quanto as questões relacionadas a planilha orçamentária de formação de custos, esta Comissão não conseguiu obter um entendimento claro o suficiente para responder os questionamentos. Sugere-se que a pessoa responsável pela elaboração da planilha de custos seja consultada.

49 - Sugere-se sejam apresentadas as fontes das informações e números juntados ao processo conforme Item 7.

50 – Conforme orientação do TCE-PR e planilha de custos do projeto básico.



51 – Sim. Sugere-se seja a utilização do Arla 32 incluída na planilha.

52 – Sim.

53 – Não há nada excepcional. Está tudo de acordo com a legislação municipal e com o CONTRAN.

54 – Não se aplica.

55 – Conforme pesquisa e análise desta comissão, deve-se complementar o edital com a classificação/enquadramento mínimo dos veículos a ser utilizados na prestação do serviço de transporte público.

56 – Esta Comissão não possui conhecimento do questionado. Sugere-se que a pessoa responsável pela elaboração da planilha apresente os critérios utilizados.

57 – Não.

58 – Não se aplica.

DA CONCLUSÃO:

Esta Comissão foi designada através da Portaria 054/2020 para deliberar sobre os questionamentos apresentados no processo de Concorrência Pública 002/2020, todavia, importa esclarecer que a mesma apesar de ter feito um estudo e pesquisas sobre as demandas, não possui total conhecimento para responder alguns questionamentos apresentados.

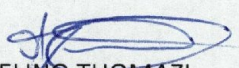
As respostas apresentadas foram todas realizadas conforme informações apresentadas no Edital e legislação pertinente.

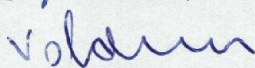
Porém, verifica-se que diante da complexidade e importância do assunto, bem como por tratar de valores financeiros consideráveis, percebe-se que algumas questões poderiam ser respondidas mais detalhadamente ou até complementadas por profissionais técnicos especializados na área.

Ademais, como a próprio parecer jurídico determina, a comissão deve possuir condições de analisar minuciosamente o processo bem como elaborar as alterações necessárias do edital.

Desta forma, informamos que esta comissão, após, várias reuniões e estudos esforçou-se para responder o maior número de questões possíveis dentro dos limites de conhecimento que possui.

Dois Vizinhos, 20 de outubro de 2020.


JUSCELINO THOMAZI
Engenheiro do Departamento de Gestão Urbana


VALDEMIR ANTONIO DE ALMEIDA
Responsável pelo Transporte Escolar


LILI ZIPPIN FERRI
Diretora do Departamento de Trânsito





MUNICÍPIO DOIS VIZINHOS

REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2020

OBJETO: Outorga de Concessão da Prestação do Serviço Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Dois Vizinhos.

01. Ato de Justificação disponível no site. (Pag. 143)

02. PUBLICIDADE do Ato de Justificação:

- Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná no dia 22/01/2020 – 2031; (Pag. 143 a 148)
- Jornal de Beltrão no dia 22/01/2020 Edição 6872. (Pag. 143 a 148)
- Respeitado o prazo o processo seguiu o tramite para sua publicação.

03. ABERTURA: prevista inicialmente para 19 de março de 2020 às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos. (Pag. 211)

04. PUBLICIDADE: O aviso de licitação foi publicado nos seguintes diários:

- Diário Oficial do Estado do Paraná no dia 17/02/2020 – Edição 10628; (Pag. 211 a 215)
- Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná no dia 17/02/2020 – Edição 2094; (Pag. 211 a 215)
- Jornal de Beltrão no dia 15/02/2020 Edição 6890. (Pag. 211 a 215)

A disponibilidade do edital se deu a partir de 14 de fevereiro de 2020.

05. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Durante o prazo para elaboração das propostas as empresas Viação Pato Branco e Viação Sudoeste apresentaram questionamentos.

06. SUSPENSÃO

Devido à complexidade e quantidade de informações necessárias para sanar as dúvidas e possíveis alterações no edital a Administração optou por suspender o certame. A decisão foi comunicada em 18 de março de 2020 através do site do Município.

07. COMUNICAÇÃO E JULGAMENTO DOS QUESTIONAMENTOS

A Comissão analisou e encaminhou os pedidos ao Departamento de Compras e Assessoria Jurídica para esclarecimentos e saneamento das dúvidas. O departamento de Compras ainda se encontra em fase de levantamento de dados e informações para os questionamentos apresentado, motivo esse pelo qual o certame ainda se encontra suspenso. Todo o processo encontra-se disponível em nosso site.

08. COMISSÃO TÉCNICA

Após análise por parte da comissão de licitações e encaminhado ao setor jurídico para orientações e parecer, informamos que foi solicitado pela Assessoria Jurídica a formação e Investidura de uma comissão técnica, para julgamento de itens considerados de maior complexidade nos pedidos/impugnações apresentados.

Na data de 02 de setembro de 2020 o município de Dois Vizinhos instituiu a comissão técnica, que foi orientada e teve acesso a íntegra do processo Licitatório.

Na data de 20 de outubro de 2020 a comissão técnica emitiu documento fazendo apontamentos, quanto a correções e tramites a serem tomados antes da reabertura do certame, salientando que alguns pontos demandam de estudo técnico e financeiro mais aprofundado e de maior tempo.

O processo foi encaminhado novamente aos setores de Compras e Gestão Urbana e DPTRAN, responsáveis pela coleta das informações levantamento de valores, para alterações e encontra-se em fase de estudo/elaboração.

Claudinei Schreiber

Dois Vizinhos, 22 de outubro de 2020.





Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná



Memorando nº 091/2021

Dois Vizinhos - PR, 7 de abril de 2021.

Da: Secretaria de Administração e Finanças

Para: Jurídico – Dr^a Kelin

Assunto: Solicita orientação quanto a Concorrência nº 002/2020

Senhora Procuradora,

Diante da suspensão da licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 002/2020, que trata da concessão do transporte coletivo urbano na cidade de Dois Vizinhos, conforme documento contido na página nº 293 dos Autos da licitação referida, solicitamos orientação quanto prosseguimento ou não da concorrência.

Atenciosamente,

Vilmar Possato Duarte
Secretário de Administração e Finanças



Município de Dois Vizinhos



Resposta ao Memorando 91/2021. Secretário de Administração e Finanças sobre concorrência Pública nº 02/2020

Dos fatos:

Em data de 17/02/2020 foi publicado o edital de Concorrência Pública nº 02/2020 tendo por objeto a outorga da concessão da prestação de serviço de transporte público coletivo urbano de passageiros no Município de Dois Vizinhos.

Conforme edital, constante às fls. 150/204 do processo licitatório, o critério utilizado será a Menor Tarifa combinado com o maior valor de Outorga, isto é, melhor oferta e maior lance.

Assim, Segundo o item 3 do edital:

3.1. O VALOR MÁXIMO neste certame para TARIFA, está fixado em R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos).

3.2. O valor MINÍMO neste certame para OUTORGA, está fixado em R\$ 239.700,02 (três reais e quarenta e nove centavos) mensais.

O prazo da concessão será de 10 anos, contados da data da assinatura e publicação do contrato, sem prorrogação.

Concernente a fonte de recurso a ser vinculada nesta licitação será a 1000 - Desdobramento 1400106181002624013390390000.

Ainda segundo o edital a análise dos documentos e julgamento das propostas ficaria à cargo da Comissão Permanente de Licitação.

Após a publicação do edital houveram 03 (três) pedidos de impugnações interpostos pelas empresas Viação Pato Branco S/A CNPJ 79.039.392-0001-52, e Cattani S.A Transportes e Turismo CNPJ: 79.851.648/0001-21, as quais fizeram diversos questionamentos acerca das exigências contidas no edital, bem como também questionaram a ausência de cláusulas que consideram como indispensáveis, dentre outros apontamentos constantes nas impugnações referentes às planilhas orçamentárias.

Em razão de tais impugnações o processo foi suspenso em data de 18/03/2020 por ato do Prefeito Municipal (fls. 293/294).

A comissão de licitação encaminhou o processo ao Departamento de compras o qual solicitou a alteração de alguns itens do edital (fls. 304) atualizando o projeto básico considerando a alteração de preço no mercado dos insumos e a data base da Convenção Coletiva para a mão de obra, porém esta procuradora visualizou que nem todos os questionamentos feitos nas impugnações pelas empresas interessadas em participar do certame foram respondidas, contendo apenas respostas feitas de forma genérica pela Comissão de Licitação sem conter as fundamentações referentes aos questionamentos constantes nas impugnações.

Desta forma, esta procuradora em parecer jurídico proferido em data de 02/09/2020 (fls.557) sugeriu o retorno dos autos ao departamento técnico, responsável pela elaboração das planilhas e das cláusulas editalícias, para que apresentasse resposta pormenorizada de cada um dos questionamentos feitos por cada uma das empresas impugnantes, com as devidas justificativas de forma fundamentada

16



Município de Dois Vizinhos



Resposta ao Memorando 91/2021. Secretário de Administração e Finanças sobre concorrência Pública nº 02/2020

acerca do acatamento ou não de cada um dos questionamentos feitos pelas impugnantes, chegando a sugerir se fosse o caso a formação de uma comissão específica, com os conhecimentos técnicos necessários para análise e elaboração das alterações necessárias ao edital, tendo em vista ser um objeto complexo, de longo prazo que requer análises minuciosas para sua elaboração e desenvolvimento eficaz.

Assim, o prefeito resolveu nomear através da Portaria nº 54/2020 uma comissão especial técnica para auxiliar a comissão permanente de licitação na Concorrência Pública nº02/2020 (fls. 556).

Após a análise das impugnações a Comissão Técnica emitiu parecer em data de 20/10/2020, respondendo aos questionamentos das impugnantes, conforme respostas contidas às fls. 559/568, sugerindo algumas alterações no edital, como também deixou de se manifestar acerca de pontos referentes a planilha orçamentária de formação de custos sob a justificativa que não conseguiu obter um entendimento claro o suficiente para responder os questionamentos, sugerindo que uma pessoa responsável pela elaboração da planilha fosse consultada;

O processo foi então encaminhado ao setores de compras e gestão urbana e DPTRAN, responsáveis pela coleta de informações e levantamento de valores encontra-se ainda em fase de estudos e elaboração, conforme documento emitido em data de 22/10/2020.

O processo retornou ao jurídico em data de 07/04/2021, por solicitação do atual Secretário de Finanças do Município solicitando orientação quanto prosseguimento ou não da presente concorrência.

Dá Análise Jurídica

O poder municipal tem o dever de elaborar o planejamento e realizar investimentos na mobilidade urbana das cidades. A Lei 12.587/2012 instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana no país.

O inciso V do artigo 30 da atual Constituição da República Federativa do Brasil prevê:

" Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial".

O transporte coletivo, pode ser definido com um serviço de utilidade pública, pois visa a facilitar a vida da coletividade, colocando à disposição veículos para lhe proporcionar maior conforto, velocidade e modicidade na locomoção.

O poder público faz a localização das escolas, implanta postos de saúde, libera alvarás para empreendimentos privados com grandes polos geradores

16



Município de Dois Vizinhos



Resposta ao Memorando 91/2021. Secretário de Administração e Finanças sobre concorrência Pública nº 02/2020

de tráfego, e tudo isso tem que estar em consonância com a política do transporte coletivo, porque só com essa integração entre o transporte coletivo e o uso da cidade o futuro da população terá boa qualidade de vida.

A natureza deste serviço é *uti singuli*, ou seja, direcionado apenas aos usuários que o remuneram por meio de tarifas.

Embora a remuneração principal do concessionário não provenha do Poder Executivo, é dele a incumbência de fiscalizar e interceder para que este serviço de transporte seja prestado de forma eficiente à coletividade.

Neste contexto tem-se que cabe ao Poder Público ao lançar uma licitação visando a concessão do serviço de transporte público, prever em seu projeto básico, planilhas orçamentárias e demais documentos todos os custos que envolverão a contratação.

A elaboração de um projeto básico consistente é de fundamental importância para o sucesso da concessão de transporte coletivo municipal, visto que é o projeto básico que demonstrará todas as características da realidade da demanda local, da topografia, o tipo de vias, os horários de pico, o tamanho da frota necessário, sua idade média e máxima, os custos a comporem a tarifação e todas as variáveis que interferirem na disponibilização do serviço à comunidade.

Assim, deve o projeto básico ser elaborado previamente, norteando a elaboração do edital e dele fazendo parte.

Além disso, a Prefeitura deve ter como prática rotineira o levantamento de informações sobre o cumprimento do contrato por parte do concessionário, bem como estudos sobre a demanda do sistema de transporte, sua receita etc.

No entanto, conforme manifestação da comissão técnica auxiliar, composta inclusive por integrantes dos setores de compras, gestão urbana, trânsito e transporte escolar por falta de conhecimento específico na área, a Comissão, além de sugerir a alteração de alguns itens do edital, também deixou alguns questionamentos em aberto, principalmente em relação às planilhas de custos, dados estritamente essenciais no procedimento, sendo que para a manutenção do presente edital a Administração Municipal deve tomar a decisão de manutenção estando convicta de que os dados constantes na planilha são suficientes para a continuação do procedimento.

Porém, tudo indica que os setores responsáveis pela elaboração dos projetos não estão convictos de que estão seguindo o caminho certo por falta de conhecimento técnico acerca deste assunto específico que é o serviço de transporte público.

Portanto, conforme manifestação da Comissão Técnica Auxiliar caso seja mantida a presente licitação, necessário se faz a republicação do



Município de Dois Vizinhos



Resposta ao Memorando 91/2021. Secretário de Administração e Finanças sobre concorrência Pública nº 02/2020

edital com as alterações sugeridas pela Comissão, e ainda considerando o transcurso do tempo também se faz necessária a atualização dos custos constantes nas planilhas.

Além disso, anteriormente a republicação do edital ainda se faz necessária a análise de questões constantes nas impugnações e que a comissão não teve conhecimento suficiente para decidir, conforme manifestação datada de 20/10/2020.

Portanto, continuo com o posicionamento de ser necessária a análise da questão por comissão específica, com os conhecimentos técnicos necessários para análise e elaboração das alterações necessárias ao edital, tendo em vista ser um objeto complexo, de longo prazo que requer análises minuciosas para sua elaboração e desenvolvimento eficaz.

Se a Prefeitura não tiver essas informações e necessitar de consultoria nessa área, entendo que ela poderá inclusive contratar esses serviços, mas de maneira totalmente desvinculada do serviço de operação do transporte público.

Por fim em relação a ordem de paginação dos documentos constantes no procedimento licitatório, vislumbra-se que diversos documentos foram enumerados de desordenada, não respeitando a ordem cronológica dos acontecimentos, sendo necessário portanto a reorganização pelo Departamento de Licitação e repaginação, respeitando a ordem cronológica de acontecimentos.

Além disso denota-se também que alguns documentos (decisões proferidas) não possuem data de emissão, como também não possuem assinatura do emissor.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Dois Vizinhos, 12 de abril de 2021.

Kelin Ghizzi
Advogada do Município
OAB/PR 41.860



MUNICÍPIO DE **DOIS VIZINHOS**

ESTADO DO PARANÁ



DECRETO Nº 17316/2021

Nomeia a Comissão Especial visando a elaboração do termo de referência para a licitação do transporte coletivo urbano da cidade de Dois Vizinhos

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a licitação na modalidade de concorrência nº 002/2021, que tem como objeto a outorga de concessão da prestação do serviço transporte público coletivo urbano no Município de Dois Vizinhos, está suspensa;

Considerando a necessidade de revisão e atualização das planilhas de custos e demais disposições do edital;

Considerando a necessidade de avaliar e decidir sobre a conveniência de prosseguir com o processo de licitação da concorrência nº 002/2020 ou revoga-lo e iniciar um novo certame;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a “Comissão Técnica” visando o auxílio a Comissão Permanente de Licitações, para a elaboração do termo de referência e assessoramento técnico durante todo o processo de licitação do transporte coletivo urbano da cidade de Dois Vizinhos.

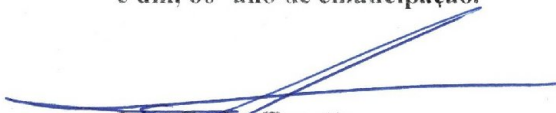
Art. 2º. A Comissão Especial, de que trata o Art. 1º será composta pelos seguintes membros:

Claudinei Scheriber
Leopoldo Cavalli Junior
Luiz Carlos Gomes

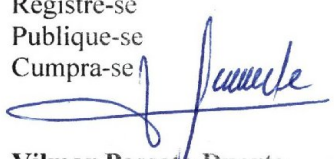
Art. 3º. A Comissão de que trata este Decreto deverá decidir sobre o prosseguimento ou não da Concorrência nº 002/2020.

Art. 4º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, 60º ano de emancipação.


Luis Carlos Turatto
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se


Vilmar Possato Duarte
Secretário de Administração e Finanças

Prefeitura Municipal de Dois Viz.
PUBLICADO NO AMP
EM DATA DE 25 / 05 / 23 Às
PÁGINAS 74
Ed. 2270

Publique-se
Cumpra-se

VILMAR POSSATO DUARTE

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador: A8B7642E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 17316

DECRETO Nº 17316/2021

Nomeia a Comissão Especial visando a elaboração do termo de referência para a licitação do transporte coletivo urbano da cidade de Dois Vizinhos

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a licitação na modalidade de concorrência nº 002/2021, que tem como objeto a outorga de concessão da prestação do serviço transporte público coletivo urbano no Município de Dois Vizinhos, está suspensa;

Considerando a necessidade de revisão e atualização das planilhas de custos e demais disposições do edital;

Considerando a necessidade de avaliar e decidir sobre a conveniência de prosseguir com o processo de licitação da concorrência nº 002/2020 ou revoga-lo e iniciar um novo certame;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a "Comissão Técnica" visando o auxílio a Comissão Permanente de Licitações, para a elaboração do termo de referência e assessoramento técnico durante todo o processo de licitação do transporte coletivo urbano da cidade de Dois Vizinhos.

Art. 2º. A Comissão Especial, de que trata o Art. 1º será composta pelos seguintes membros:

Claudinei Scheriber
Leopoldo Cavalli Junior
Luiz Carlos Gomes

Art. 3º. A Comissão de que trata este Decreto deverá decidir sobre o prosseguimento ou não da Concorrência nº 002/2020.

Art. 4º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, 60º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO

Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

VILMAR POSSATO DUARTE

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador: D784636E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 17329

DECRETO Nº 17329/2021

Revoga o Decreto nº 16868/2021 que concedeu Bolsa Auxílio ao servidor Cleber Tibes dos Campos.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Revoga o Decreto nº 16868/2021 que concedeu Bolsa Auxílio ao servidor CLEBER TIBES DOS CAMPOS, matrícula funcional 16110-1, portador da cédula de identidade nº 9.153.405-3/PR e do CPF/MF nº 041.204.789-63, ocupante do cargo de Operador de Máquina Rodoviária, lotado junto à Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir de 01 de abril de 2021, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Revoga-se o decreto 16868/2021.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2021.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, 60º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TUARTTO

Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

VILMAR POSSATO DUARTE

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador: FE346320

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 17330

DECRETO Nº 17330/2021

Concede ajuda de custo à professora Neiva Gonsalves Leite.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Concede ajuda de custo no percentual de 25 % (vinte e cinco por cento) da classe em que se encontra, para auxiliar nas despesas de deslocamento, com base no art. 5º da Lei 1689/2012, à professora abaixo relacionada:

Matrícula Funcional	Nome do (a) Servidor (a)	Deslocamento Origem/Destino	Período
19144-1	Neiva Gonsalves Leite	Linha Santa Lúcia/EJA	01.05.2021 a 17.12.2021

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de maio de 2021.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, 60º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO

Prefeito

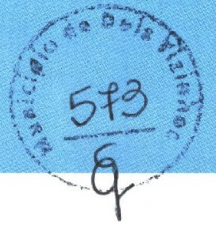
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

VILMAR POSSATO DUARTE

Secretária de Administração e Finanças



MUNICÍPIO DE
DOIS VIZINHOS
ESTADO DO PARANÁ



DECRETO Nº 17387/2021

Revoga a licitação na modalidade de Concorrência n.º 002/2020.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que desde a data da primeira publicação do edital já transcorreu mais de doze meses e os valores constantes nas planilhas orçamentárias já estão desatualizados;

Considerando que as empresas licitantes questionaram acerca das exigências contidas no edital, bem como também a ausência de cláusulas que consideram indispensáveis;

Considerando que alguns documentos não possuem data de emissão, como também não possuem a assinatura do emissor;

Considerando que a repetição do certame não ocasiona prejuízos à administração, nem as licitantes;

DECRETA:

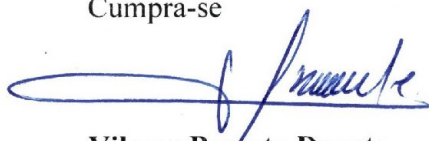
Art. 1º. Fica revogada a licitação na modalidade de Concorrência, procedimento nº 002/2020, pelas razões expendidas.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dez dias do de junho do ano de dois mil e vinte e um, 60º ano de emancipação.


Luis Carlos Turatto
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se


Vilmar Possato Duarte
Secretário de Administração e Finanças

Prefeitura Municipal de Dois Viz.

PUBLICADO NO Ano

EM DATA DE 15/06/2021 AS

PÁGINAS 75

Ed. 2284

00390 – 00000 – Recursos Ordinários (Livres) R\$ 30.000,00.
 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO
 001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 15.452.0016.2052 – Atividades do Departamento de Obras e Serviços Públicos
 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL CONSUMO
 03010 – 00000 – Recursos Ordinários (Livres) R\$ 70.000,00.
 09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 001 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 18.542.0018.2060 – Atividade de Gestão Ambiental
 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
 03511 – 00938 – CEF MMA/FDD/2019-GESTÃO RESÍDUOS SÓLIDOS R\$ 6.000,00.
TOTAL..... R\$ 106.000,00.

Art. 2º - Como recursos para cobertura do crédito aberto de que trata o artigo anterior, será utilizado o Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, conforme previsto no artigo 43, parágrafo 1º, inciso I da Lei Federal nº 4320/64, das fontes de recursos que seguem:

a) Superávit Financeiro Fonte 00000 – Recursos Ordinários (Livres) R\$ 100.000,00.

b) Superávit Financeiro Fonte 00938 – CEF MMA/FDD/2019-GEST. RESÍD. SÓLIDOS... R\$ 6.000,00.

TOTAL..... R\$ 106.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE Aos catorze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um.

OSMAR PEREIRA DA SILVA

Prefeito Interino

Publicado por:

Adriane Hilgert

Código Identificador:50141356

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 065/2021

PORTARIA Nº 065/2021

Nomeia Comissão para escrever minuta de Projeto de Lei que definirá as atribuições da Comissão de Avaliação de Promoções por Merecimento.

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Expedir Portaria nomeando os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial que irá escrever minuta de Projeto de Lei que definirá as atribuições da **Comissão de Avaliação de Promoção por Merecimento**:

Adriana Nicaretta Nunes
Everaldo da Silva Matos
José Gilvani Bertholdo
José Joel Tomaz de Santiago
Kelin Ghizzi
Leda Maria Ferrari
Neiva Terezinha Lovatto Machado

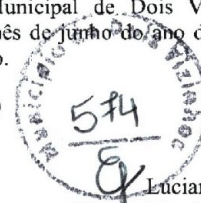
Art. 2º A Comissão Especial deverá apresentar relatório/minuta em até de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, 60º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO

Prefeito



Publicado por:

Luciane Comin Nuernberg

Código Identificador:AB1C128E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 17387/2021

DECRETO Nº 17387/2021

Revoga a licitação na modalidade de Concorrência nº 002/2020.

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que desde a data da primeira publicação do edital já transcorreu mais de doze meses e os valores constantes nas planilhas orçamentárias já estão desatualizados;

Considerando que as empresas licitantes questionaram acerca das exigências contidas no edital, bem como também a ausência de cláusulas que consideram indispensáveis;

Considerando que alguns documentos não possuem data de emissão, como também não possuem a assinatura do emissor;

Considerando que a repetição do certame não ocasiona prejuízos à administração, nem as licitantes;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica revogada a licitação na modalidade de Concorrência, procedimento nº 002/2020, pelas razões expendidas.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dez dias do de junho do ano de dois mil e vinte e um, 60º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO

Prefeito

Publicado por:

Luciane Comin Nuernberg

Código Identificador:3E55809D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 17352/2021

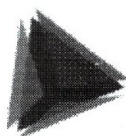
DECRETO Nº 17352/2021

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 72.493,35 e dá outras providências.

Luiz Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos-Pr, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R\$ 72.493,35 (setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e cinco centavos) proveniente do superávit financeiro

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais			
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS		
Ano*	2020		
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	2		
Modalidade*	Concorrência		
Número edital/processo*	002		
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito			
Instituição Financeira			
Contrato de Empréstimo			
Descrição Resumida do Objeto*	OUTORGA DE CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS.		
Forma de Avaliação	Maior Lance ou Oferta		
Dotação Orçamentária*	0150006001041220003203400000		
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	239.700,32		
Data de Lançamento do Edital	14/02/2020		
Data da Abertura das Propostas	19/03/2020	Data Registro	
NOVA Data da Abertura das Propostas		Data Registro	15/06/2021
Data de Lançamento do Edital			
Data da Abertura das Propostas			
Há itens exclusivos para EPP/ME?			
Há cota de participação para EPP/ME?	Percentual de participação: 0,00		
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?			
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?			
Data Cancelamento	10/06/2021		

[Editar](#) [Excluir](#)

CPF: 4677898944 (Logout)



Município de Dois Vizinhos



SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Ao: Sr. Prefeito Luis Carlos Turatto

Parecer nº: 139/2021

Processo Licitatório nº: 002/2020

Modalidade: Concorrência

Objeto: Outorga de Concessão da Prestação do Serviço Transporte público Coletivo Urbano de passageiros no município de Dois Vizinhos.

Parecer: O Edital atende aos aspectos contidos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 1994/2015, e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da licitação.

No processo licitatório constam 575 páginas, ainda consta a página 73-A, as quais foram paginadas por servidores designados pelas Portarias nº 043/2019 e 005/2021.

Foi protocolado com o nº 279/2019 e foi analisado pela Advogada do Município, a qual em seu Parecer Jurídico realizou vários apontamentos, no dia 18 de dezembro de 2019, anexo ao processo (fls. 139 a 142).

O Prefeito fez um Ato de Justificação de Concessão de Serviço Público no dia 21 de janeiro de 2020 e foi publicado no 22 de janeiro de 2021 no Jornal de Beltrão e no DIOEMS (fls. 146 e 148).

O edital foi submetido a análise jurídica, a qual foi aprovado no dia 12 de fevereiro de 2020.

O aviso de licitação foi publicado no dia 15 de fevereiro de 2020 no Jornal de Beltrão e dia 17 de fevereiro de 2020 no DIOEMS e no Diário Oficial do Paraná (fls. 212 a 215).

A empresa **Viação Pato Branco S/A** impugnou edital no dia 06 de março de 2020, o qual foi analisado no dia 25 de março de 2020.

A empresa **Cattani S.A. Transporte e Turismo** impugnou o edital no dia 16 de março de 2020, o qual foi analisado no dia 25 de março de 2020.

Houve aviso de Suspensão do edital, no dia 18 de março de 2020, em virtude de necessidade de revisão nas planilhas de custas e edital. A nova data de abertura será futuramente publicada.

O Aviso de Suspensão foi publicado no dia 19 de março de 2020 no Jornal de Beltrão, no DIOEMS, no Diário Oficial do Paraná.

1
x



Município de Dois Vizinhos



O senhor Clesio Fidêncio, Diretor do Departamento de Compras solicitou através da CI nº 272/2020, alteração no edital: No projeto básico do Transporte Coletivo Urbano de Dois Vizinhos; Atualização de preços das planilhas orçamentárias; Atualização do valor global da licitação; atualização do valor da outorga; Alteração da exigência de atestado de capacidade técnica. Justificou a necessidade de acatar parcialmente a impugnação, no dia 28 de agosto de 2020.

A Advogada do município emitiu manifestação intermediária, sugerindo a formação de uma comissão específica, com os conhecimentos técnicos necessários para análise e elaboração das alterações necessárias ao edital, tendo em vista ser um objeto complexo, de longo prazo que requer análises minuciosas para sua elaboração e desenvolvimento eficaz, no dia 02 de setembro de 2020.

Foi nomeada comissão Especial Técnica para auxiliar a Comissão Permanente de Licitação na concorrência Pública nº 02/2020, conforme Portaria nº 054/2020 do dia 02 de setembro de 2020, foi publicada no dia 04 de setembro de 2020 no Jornal de Beltrão e no DIOEMS.

A empresa **Viação Pato Branco S/A** impugnou edital no dia 16 de outubro de 2020.

A Comissão Técnica nomeada pela Portaria nº 054/2020 reuniu-se para analisar a impugnação da empresa **Viação Pato Branco S/A**, a qual esclareceu que a mesma apesar de ter feito um estudo e pesquisas sobre as demandas, não possui total conhecimento para responder alguns questionamentos apresentado, conforme documento emitido pela Comissão em 20 de outubro de 2020 (fls. 559 a 563).

O senhor Claudinei Schreiber, emitiu um relatório resumido dos fatos ocorridos durante o processo licitatório, o qual ainda informou que o processo foi encaminhado novamente aos setores de Compras, Gestão Urbana e DPTRAN, responsáveis pela coleta de informações levantamento de valores, para alterações e encontra-se em fase de estudo/elaboração, no dia 22 de outubro de 2020

O senhor Vilmar Possato Duarte, Secretário de Administração e Finanças, solicitou através do Memorando nº 091/2021, orientação jurídica, quanto ao prosseguimento ou da concorrência, no dia 07 de abril de 2021.

A Advogada do Município emitiu parecer, considerando a manifestação da Comissão técnica Auxiliar, caso seja mantida a presente licitação, necessário se faz a republicação do edital com as alterações sugeridas pela Comissão e ainda considerando o transcurso do tempo se faz necessário a atualização dos custos constantes nas planilhas. Além disso, anteriormente a republicação do edital ainda se faz necessária a análise de questões constantes nas impugnações e que a comissão não teve conhecimento técnico para decidir, conforme manifestação datada de 20/10/2020. Portanto, ainda continuo com o posicionamento de ser necessária a análise por comissão específica, com conhecimentos técnicos necessários para análise e elaboração das alterações necessárias ao edital, tendo em vista ser um objeto complexo, de longo prazo que requer análises minuciosas para sua



Município de Dois Vizinhos



elaboração e desenvolvimento eficaz. Se a Prefeitura não tiver essas informações e necessitar de consultoria nessa área, entendo que ela poderá inclusive contratar esses serviços, mas de maneira totalmente desvinculada do serviço de operação do transporte público, no dia 12 de abril de 2021.

Foi nomeada a Comissão Especial visando a elaboração do termo de referência para a licitação do transporte coletivo urbano da cidade de dois Vizinhos, conforme decreto n 17316/2021, de 20 de maio de 2021.

A licitação na modalidade de Concorrência nº 013/2020 e todos os atos administrativos decorrentes desta foi revogada, considerando que desde a data da primeira publicação do edital já transcorreu mais de doze meses e os valores constantes nas planilhas orçamentárias já estão desatualizados; considerando que as empresas licitantes questionaram acerca das exigências contidas no edital, bem como também a ausência de cláusulas que consideram indispensáveis; considerando que alguns documentos não possuem data de emissão, como também a assinatura do emissor; considerando que a repetição do certame não ocasiona prejuízos à administração, nem as licitantes, conforme Decreto nº 17387/2021 de 10 de junho de 2021.

O Decreto foi publicado no dia 15 de junho de 2021 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

A revogação da licitação foi divulgada no mural de licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no dia 15 de junho de 2021.

Ressalte-se que o Sistema de Controle Interno não participa da sessão da abertura, habilitação e julgamento do certame licitatório, como também não possui conhecimento, nem formação para análise jurídica do processo. Também não compete a este, nenhuma consideração quanto à discricionariedade da Administração Pública, sendo que o processo é encaminhado ao Controle Interno somente após o julgamento pela Comissão de Licitação e que atesta a lisura da licitação quanto a sua fase processual com base no relato constante na ata de abertura do certame, levando-se o teor do referido Parecer ao conhecimento do Responsável pela Administração para as medidas que entender devidas.

Constata-se que a Administração e a Comissão cumpriram todas as etapas exigidas no edital e legislação vigente. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o parecer.

S.C.I., em Dois Vizinhos, 16 de junho de 2021.

Adriana Nicaretta Nunes
Sistema de Controle Interno
Decreto nº 13572/2017

Jaqueline Martinez de Oliva
Sistema de Controle Interno Adjunto
Decreto nº 13581/2017